



» XI Congresso Luso Afro Brasileiro de Ciências Sociais

Diversidades e (Des)Igualdades

Salvador, 07 a 10 de agosto de 2011.

Universidade Federal da Bahia (UFBA) - PAF I e II  
Campus de Ondina

## X CONGRESSO LUSO-AFRO-BRASILEIRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS

### **POR UM OLHAR INVERSO: CONTRIBUIÇÕES À AGENDA DE PESQUISA SOBRE A ECONOMIA SOLIDÁRIA**

Luiz Inácio Germany Gaiger  
Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais  
UNISINOS – Brasil  
[gaiger@unisinis.br](mailto:gaiger@unisinis.br)

O termo Economia Solidária tem servido para designar um conjunto multiforme de práticas coletivas, irreduzíveis ou mesmo antagônicas à lógica utilitária do interesse próprio que estrutura a economia de mercado e fundamenta o paradigma neoclássico acerca do agir econômico e da vida em sociedade (Godbout, 1999). Ao referir-se a iniciativas participativas e cooperativas, decorrentes da associação voluntária entre trabalhadores, consumidores e cidadãos engajados em questões de interesse comum, a Economia Solidária enfatiza a presença de condutas fundadas em relações de reciprocidade e orientadas precipuamente à preservação do vínculo social (Gaiger, 2008).

Esses princípios manifestam-se desde a instauração do capitalismo, expressando-se nas vertentes associativas, mutualistas e cooperativas, nas quais se edificou a experiência da Economia Social, em vários países do Norte e em alguns países do Sul. Na última década, frente ao domínio de políticas direcionadas a ampliar a liberdade do capital em suas novas formas, tais princípios e práticas readquiriram vigor e atualidade, haja vista a incapacidade do sistema dominante em evitar crises cíclicas e em conjurar situações de dependência, desigualdade e insegurança social. A Economia Social, na Europa, retomou seu elã crítico e participativo, atenuado durante a vigência do Estado do Bem-Estar, ao mesmo tempo em que experiências análogas surgiram ou se revitalizaram em países do Sul, em particular na América Latina. Associações, grupos informais, cooperativas e empresas de autogestão, bem como mecanismos correlatos de fomento e organizações articuladoras ou representativas, expandiram-se entre aqueles setores sociais à margem dos sistemas convencionais de trabalho e renda, assentes no setor privado e no Estado.



2

As manifestações concretas da vigência de princípios solidários, na economia e na vida coletiva, variam com os seus protagonistas. Com denominações ligeiramente distintas - Economia Social e/ou Solidária - sua expansão é registrada ao Sul e ao Norte, bem como suas conexões com novos movimentos sociais e sua presença nas mobilizações altermundialistas (Defourny *et al.*, 1999; Mendell, 2003; Cattani *et al.*, 2009). Alinham-se a uma gama ampla e heterogênea de iniciativas, como as lutas por novos direitos ou pelo ambiente, os movimentos humanitários, os bancos éticos e as políticas de responsabilidade social. Assim, envolvem uma multiplicidade de eventos e designações particulares, como empresas sociais, finanças solidárias, moeda social, comércio justo, economia comunitária e empresas recuperadas, cuja unidade, não sendo genética ou institucional, afirmar-se-ia no plano normativo.<sup>1</sup>

Com suas expressões ao Sul e ao Norte, o solidarismo social e econômico se apresenta como um campo instigante de estudos para as Ciências Sociais e assume papel relevante em pesquisas e debates sobre os movimentos contra-hegemônicos e suas virtualidades emancipadoras. Em eventos de abrangência nacional e internacional, ela tem comparecido constantemente, assim como vem penetrando na agenda corrente de centros de pesquisa e pós-graduação. Seu interesse é reconhecido por agências fomentadoras e órgãos avaliadores, propiciando estudos contínuos e iniciativas de cooperação internacional. Multiplicam-se redes de pesquisa e práticas de mobilidade docente e discente, somadas a ações de colaboração com instituições privadas e públicas atuantes no campo.

Esses avanços ensejam os objetivos desta comunicação, cujo horizonte primordial é a produção científica sobre a Economia Solidária no Brasil. Em primeiro lugar, no âmbito do que se considera como pauta de pesquisa já em evidência nesse campo, pontuar algumas frentes de trabalho ainda merecedoras de investigação e consolidação teórica. Em segundo lugar, problematizar as abordagens correntes, identificando problemas que

---

<sup>1</sup> A última assertiva, se politicamente é considerada como um dado de realidade, do ponto de vista analítico constituiria antes uma das hipóteses e fontes de problematização a balizarem os estudos nessa área.



3

conduzem a *renúncias* de conhecimento. Propõe-se uma inversão do olhar sobre essa realidade e sugerem-se outras questões e linhas investigativas.<sup>2</sup>

Essas indicações inspiram-se e encontram um suporte empírico preponderante na base de dados gerada pelo Mapeamento Nacional da Economia Solidária no Brasil, concluído em 2007. Não obstante as dificuldades enfrentadas, por se tratar de um levantamento de informações inédito, o Mapeamento abarca em seus registros um conjunto significativo de empreendimentos econômicos solidários, representativos desse campo de práticas.<sup>3</sup> As referências ao Mapeamento objetivam estimular sua utilização, pois até o momento esse acervo de dados tem sido pouco explorado, e chamar a atenção ao novo manancial de informações que - de forma similar, mas com conteúdo bem mais abrangente - estará disponível em fins de 2011, ao término do segundo Mapeamento Nacional.

Entre os problemas em foco, situa-se a questão da gênese das iniciativas de Economia Solidária. Seu aspecto essencial não reside nas circunstâncias de natureza conjuntural, mas nos ativos materiais, nas disposições culturais e naqueles recursos de poder já detidos por seus protagonistas, conforme evoluem suas condições de vida e favorecem a revitalização ou adoção de práticas cooperativas, prováveis quando derivadas de uma matriz de solidarismo popular e propensos a operar sua metamorfose progressiva (Gaiger, 2004). Esse leque de práticas se amplifica quando novos empreendimentos são trazidos à Economia Solidária, fazendo-a transbordar as fronteiras convencionais do econômico. Importa diferenciar essas realidades, distinguir as categorias sociais que as promovem, discriminar tais práticas do ponto de vista do seu caráter inovador e do seu impacto sobre as formas habituais de vida dos trabalhadores.

A construção de tipologias, a partir de critérios relativos à realidade endógena dos empreendimentos, será defendida como um instrumento útil, embora seja raramente utilizado. Atentar à gênese e à diversidade de experiências conduz a relativizar a noção da Economia Solidária como uma totalidade alternativa e como um projeto, fazendo ver

---

<sup>2</sup> Outras questões e tópicos relativos às pesquisas sobre a Economia Solidária são abordados em capítulo de livro (Gaiger, 2011) a ser lançado durante o X Congresso Luso-Afro-Brasileiro de Ciências Sociais (Salvador, agosto de 2011). Recomenda-se que esse e aqueles texto sejam lidos complementarmente.

<sup>3</sup> A crítica e a validação dos dados foram realizadas pela SENAES, IPEA e UNISINOS. A base conceitual e a metodologia do Mapeamento, incluindo a capacitação dos entrevistadores e a consolidação dos dados, constam dos documentos de referência disponíveis em [www.sies.mte.gov.br](http://www.sies.mte.gov.br), além dos dados agregados e dos dispositivos de acesso aos microdados.



4

que tal acepção encobre realidades sociais que trilharam caminhos até certo ponto independentes, havendo vertentes do solidarismo econômico ainda à margem dos circuitos em que se opera esse tipo de conceptualização.

### **Temáticas em evidência**

Uma das principais questões de fundo em debate diz respeito aos espaços efetivos deixados hoje a tais formas de organização do trabalho e das atividades econômicas. As determinações da ordem econômica, com seus processos flexíveis de acumulação, se valem precisamente de formas não tipicamente capitalistas de produção e retiram de foco a perspectiva universalista e igualitarista da solidariedade redistributiva, outrora delegada ao Estado. Sem contar os artifícios destinados a explorar o trabalho por meio de falsas cooperativas, mesmo nas iniciativas conduzidas pelos trabalhadores não se devem negligenciar os riscos de distorção e de retrocesso, dadas as pressões externas e as dificuldades inerentes ao ato associativo. Cabe então dar continuidade aos estudos sobre as condições gerais prévias necessárias à formação dessas experiências e sobre as vias mais propícias à sua preservação e desenvolvimento. Um preâmbulo habitual ao entendimento das formas de economia solidária, sobretudo quando se têm em mente setores às voltas com sua sobrevivência imediata, consiste em deter-se sobre as transformações do mercado e das relações de trabalho. Tais análises contextualizam a Economia Solidária e neutralizam a carga de idealização dos discursos produzidos por seus protagonistas e apoiadores.

Mas não basta às análises constatarem as circunstâncias que, à revelia e a contragosto dos trabalhadores, os compelem a buscar alternativas de ocupação e renda, como se a existência dessas pressões fosse suficiente para conduzi-los em uma determinada direção, nova para alguns e incerta para todos. As determinações estruturais não explicam escolhas não convencionais de modo independente dos valores, das formas de sociabilidade e dos novos fatos gerados pelos atores sociais em questão. Entre a precarização ou a pauperização e as lutas sociais, há uma produção de experiências, cujo percurso e desenlace não se encerram no quadro das condições objetivas. A subjetividade – ou a identidade forjada na nova trajetória de trabalho e nos envolvimento coletivos – ao produzir sentidos para o ator o impulsiona à ação e



5

contribui decisivamente para o significado social ao alcance destas experiências. Daí ser bem-vinda a geração de estudos interdisciplinares sobre a Economia Solidária, com lastro na Psicologia, na Semiótica e na Antropologia, além das áreas mais tradicionais, como a Sociologia, a Educação e a Economia.

A investigação sobre formas alternativas supõe a hipótese de que outras lógicas possam funcionar no tecido social, para além do cânone capitalista da produção e circulação de bens. Teoricamente, implica desfazer a noção do mercado como um regulador geral abstrato auto-referenciado e entendê-lo como um espaço de trocas inserido em um sistema plural de regulação e arbitragens, determinado igualmente por fatores extra-econômicos. Significa reconhecer práticas econômicas vincadas em princípios não utilitaristas, virtualmente portadoras de sociabilidades densas em comparação com os vínculos contratuais do mercado, além de decisivas para a sobrevivência de inúmeros indivíduos e segmentos sociais. A partir da Sociologia e da Antropologia Econômica, é valioso seguir investigando em que medida as iniciativas de Economia Solidária orientam-se por uma racionalidade híbrida, irredutível à maximização do interesse próprio (Pinto, 2006; Ferrarini & Gaiger, 2010).

A dimensão comunitária e social dessas organizações as inclina ao envolvimento de seus integrantes em questões de interesse público, estimulando formas variadas de mobilização. De outra parte, um número expressivo de experiências apenas se explica pelo suporte de organizações vinculadas ao movimento sindical, rural e urbano, fortalecendo com isso as bandeiras históricas de autogestão e de emancipação econômica dos trabalhadores. A diversidade de mobilizações acentuou-se sem impedir processos de mútuo reconhecimento e de progressiva unificação política, em torno de uma plataforma comum e de dispositivos de representação. Importa, por conseguinte, trazer à baila a questão democrática no Brasil, no sentido de contribuir ao entendimento das intersecções entre a participação popular e a institucionalidade política. No período posterior à transição democrática, as mobilizações populares que se identificam com a solidariedade não estariam realimentando o *ethos movimentalista*, indispensável à participação popular, por sua capacidade de gerar confluências a partir da diversidade, ou de formar consensos em torno de novos itens da agenda pública (Doimo, 1995)? Ademais, quais os riscos de contenção dessa dinâmica por meio de sua inserção, já



6

observável, nos circuitos auto-reprodutivos que caracterizam a nossa sociedade política? O tema vem sendo abordado (Carneiro, 2006; Santos, 2010; Miranda, 2011), mas necessita de amplitude e profundidade analítica para que se compreenda o significado da Economia Solidária para a política e a consolidação democrática do país.

No horizonte que atualmente se descortina, não há práticas e modelos alternativos portadores de uma nova totalidade, em ruptura plena com as determinações atuais. Há, sim, formas de existência individual e coletiva que escapam ao sistema social capitalista e de cuja força emancipadora novos cenários podem advir no futuro. Posto nesses termos, o problema tem conduzido a reflexão em dois sentidos. De um lado, à análise dos caminhos por que avança a economia e o sistema político mundial, no contexto da globalização. No campo específico da Economia Solidária, trabalhos de teorização geral levaram a formulações seminais quanto à originalidade por ela representada (Razeto, 1997) ou ao fato de ser uma expressão revigorada das utopias políticas do movimento socialista (Singer, 1999). Em paralelo, sucedem-se estudos sobre as condições em que os empreendimentos solidários se desenvolvem e prosperam, dando eco a uma literatura apreciável sobre a cooperação produtiva (Rosthschild & Whitt 1986; Defourny, 1988; Coutrot, 1999) e sobre as formas mais adequadas à sua promoção, tema em que predominam no Brasil as discussões sobre as tecnologias sociais (Fundação Banco do Brasil, 2004).

### **Práxis e pesquisa militante**

Esses desenvolvimentos requerem que se tome distância, refletidamente, do *campo* da Economia Solidária, a fim de preservar a compreensão crítica dos processos de disputa que, desde o seu interior, produzem as categorias de entendimento do mundo social e estipulam a hierarquia dos problemas. A Economia Solidária constitui um desses contextos investigativos em que o lidar constante com práticas e tomadas de posição semântica e politicamente valorizadas, segundo critérios normativos da ordem do “dever-ser” e das formas de intervenção, acarreta problemas de descontrolada interpenetração entre o discurso analítico, interpelador e relativista, e o discurso político, pragmático e afirmativo. Em temáticas de pesquisa dessa ordem, a reflexão teórica expõe-se continuamente à práxis militante e, nessa medida, a ficar desprovida do



7

seu papel *diacrítico*, em que importa tornar inconclusivo o dado imediato da realidade e as suas leituras singulares.

A idéia de que deveríamos ficar atentos apenas ao que é interessante, ao que nosso pensamento prévio nos diz ser importante, ao que nosso mundo profissional nos diz ser digno de nota, ao que a literatura nos diz ser destacado, é uma grande armadilha. Cientistas sociais muitas vezes fazem progresso exatamente ao prestar atenção ao que seus predecessores consideravam enfadonho, insignificante, lugar-comum. (Becker, 2007, p. 130-131).

Dois fenômenos encadeiam-se no caso da Economia Solidária. O caráter militante das discussões e abordagens opera uma seleção na realidade, em vista de fins e valores, com o efeito de direcionar ou prescrever o rumo dos fatos, de sorte que a exclusão de outras possibilidades facilmente alimenta um raciocínio circular, reiterativo. Instaura-se uma luta simbólica (Bourdieu, 1989) pela representação do campo e pela designação das coisas, conferindo-lhes determinada visibilidade e relevância e, por conseguinte, chances desiguais de converterem-se em problemas de conhecimento.

As tentativas de distanciamento, por via da contextualização e pelo recurso a vertentes teóricas em si mesmas alheias ao campo presentemente em questão, esbarram com alguma frequência em um segundo obstáculo: tais incursões teóricas tendem a serem pontuais, delimitadas ao esclarecimento do problema tal como apontado pelas categorias da práxis, com isso resumindo-se a empréstimos circunscritos que não assimilam, na sua totalidade e nas suas nuances e possíveis contradições, aquelas fontes seminais de pensamento. Autores como Braudel e Polanyi têm sido evocados para situar o lugar histórico da Economia Solidária diante da economia de mercado, sem se evidenciar, pelo estudo sistemático daquelas obras, os seus aspectos controversos e suas incompatibilidades, no mínimo as registradas pelos próprios autores (Braudel, 1998). De modo similar, ao explorarem-se as formulações de Mauss sobre o paradigma da dádiva, como argumento de combate à razão utilitarista e fundamento das interações humanas, em geral, e dos vínculos solidários, em particular. Em tais casos, caberia averiguar a adequação das transposições daquelas teorias, dos contextos históricos originais em que deitam seu poder explicativo para o cenário presente da economia mercantil moderna, sob pena de se sucumbir a um jogo de antípodas e advogar um monismo altruísta nas relações sociais (Hénaff, 2002).



8

Ademais, conviria explorar perspectivas teóricas alheias ao circuito de referências dos estudos da Economia Solidária, os quais, por tratarem de determinados fenômenos em geral, são suscetíveis de aclarar sua ocorrência no caso singular das novas formas de solidariedade econômica. Formulações sobre a natureza dos vínculos sociais (Bajoit, 1992), sobre os componentes de fruição e gratuidade nas relações humanas (Oliveira, 2001) ou sobre sua presença ao longo dos tempos (Dreyfus, Flores & Spinoza, 1997), possuem um valor heurístico inestimável. O mesmo pode dizer-se das reflexões sobre o lugar reservado à solidariedade no contexto social contemporâneo (D'Epina, 1989).

Um sinal do descontrole em que se sucedem as interpenetrações entre as categorias da práxis política e aquelas da linguagem analítica, impedindo essa de tomar distância, é a facilidade com que se opera a inversão explicativa da gênese e do sentido da Economia Solidária: rapidamente equacionados no plano das questões materiais, como uma reação ao desemprego e à pauperização, tais problemas se transferem ao nível da idéias e das superestruturas, assumindo os contornos de um *projeto*, segundo o qual as experiências existem porque são iluminadas por princípios e impelidas pelo desejo de afirmá-los e disseminá-los a toda a sociedade. Naturalmente, os intelectuais cuja práxis material não é solidária apenas podem estar motivados por tais razões, sendo o seu autocentramento o que explica essa nem tão sutil manobra iluminista, cujo efeito imediato é transferir o debate precisamente para a seara da política e da ideologia, na qual os intelectuais pontificam por dever de ofício e credenciam-se inestimavelmente. Todavia, sua função mediadora pouco adianta se não for orgânica, sensível aos reais problemas e dilemas das categorias sociais que estima defender, se confirma o diagnóstico sombrio, mas lapidar, sobre a incapacidade de os intelectuais no Brasil interpretarem o mundo das classes populares e manterem unidas teoria e prática (Souza, 2000).

Não que objetivos políticos não dêem a necessária impulsão afetiva e cognitiva ao labor investigativo e devessem ser (ilusoriamente) afastados. As ciências sociais e humanas não funcionam sem uma referência metacientífica fundante, crítica e projetiva quanto ao ser humano e à sociedade. Mas, no lugar de aceitar como dado que a Economia Solidária é um projeto, caberia ao investigador examinar as origens desse entendimento e tratá-lo como resultado de uma construção social, alimentada por afinidades, alianças, dissensos e conflitos, entre posições diferenciadas e, no caso em apreço, profundamente



9

desiguais. Já não foi diferente com o próprio conceito de Economia Solidária (Lechat, 2004).

## O protagonismo primordial

Nos dias de hoje, não haveria desacordo em divisar quatro componentes principais na Economia Solidária: a) os *empreendimentos solidários*, principalmente de produção, prestação de serviços, comercialização, finanças e consumo; b) as *organizações civis* de apoio à Economia Solidária, contando inúmeras ONGs, universidades, entidades sindicais e organismos de pastoral social; c) os *órgãos de representação e articulação política* dos diversos segmentos, como os movimentos sindicais, as incubadoras, os gestores públicos, as entidades de crédito solidário e as redes de troca; d) os *organismos estatais* à testa dos programas públicos de apoio à Economia Solidária, específicos ou integrados a políticas transversais.

Não se têm aqui somente formas ou níveis específicos de inserção. A indiferenciação entre esses componentes como *agentes sociais* que integram o campo da Economia Solidária conduz à indistinção entre as posições sociais que detêm, as quais determinam seu papel respectivo na constituição dessas práticas e seus interesses específicos. A remissão das práticas solidárias a uma noção hipostasiada e por vezes reificada de *projeto* oculta diferenças substantivas e conduz a superestimar a função das instâncias superestruturais, em detrimento dos espaços efetivos da solidariedade econômica, isto é, dos empreendimentos. Esses passam a existir em função e a reboque das entidades, dos programas de apoio ou de valores consoante o projeto. Aplica-se ao ator popular a mesma interpretação iluminista utilizada para explicar a propagação da Economia Solidária, algo semelhante a imaginar que os burgueses criaram o capitalismo por causa da doutrina liberal ou que suas conspirações contra os trabalhadores explicam as revoluções industriais.

O que M. Weber ensinou-nos acerca das origens do capitalismo e o que E. Thompson trouxe à luz sobre a formação da classe operária deveriam servir de lição: nas condições históricas concretas de sua práxis material, sem perder de vista suas experiências e suas contingências, os indivíduos e agrupamentos humanos movem-se de acordo com as suas aspirações, a partir das quais as necessidades ganham ou não um sentido mobilizador e



10

algum nível de prioridade. Por conseguinte, há uma história e um *ethos* (Gaiger, 1997) dos trabalhadores que empreendem solidariamente, primordialmente explicativos da existência da Economia Solidária, mas fatalmente também de sua evolução e de seu declínio. Diríamos que sobra política e faltam História e Antropologia no tratamento dessas questões. Para as formulações centradas no projeto, importa destacar e promover as práticas *anticapitalistas* da Economia Solidária; para entender as razões de ser dos seus praticantes, mais sentido faz identificar as formas sociais de vida material e espiritual *não-capitalistas*, nas quais se enraízam as formas atuais de reciprocidade econômica e nas quais por vezes se reatualizam formas primárias de solidariedade (Nunes, 2001). Na falta de um olhar compreensivo, termina-se em um paradoxo: olvida-se que o ator popular não apenas detém a chave explicativa da Economia Solidária, mas igualmente o seu desfecho e o seu sentido histórico.

Não são apenas o senso comum e os preconceitos de nossos companheiros que nos cegam para o que há para ver. Muitas vezes decidimos o que incluir e o que excluir com base num conjunto de representações e na teoria associada a elas, que decide todas essas questões para nós *a priori*. Todas as nossas teorias especificam alguma coisa sobre aquilo que devemos examinar e, por implicação, aquilo com que não precisamos nos incomodar (tudo aquilo com que a teoria não se incomoda). Esse é o próprio núcleo sólido das queixas feministas de que muitas, senão a maioria, de nossas teorias sociológicas são sexistas. (Becker, 2007, p. 132).

O olhar compreensivo inverte certas lógicas: ele mira a Economia Solidária de trás (do passado ao presente, antes do que do presente ao futuro), de baixo (dos trabalhadores e das classes populares, antes do que dos agentes de mediação) e de dentro (dos sistemas de vida dos indivíduos empreendedores, antes que dos formatos institucionais em que os empreendimentos são enquadrados).

Um dos seus primeiros efeitos seria atentar para alguns traços do retrato da Economia Solidária tirado pelo Mapeamento, pois, embora devessem causar surpresa, não parecem despertar maior curiosidade. Contrariando as totalizações gerais pouco discriminantes, dados mais específicos evidenciam, por exemplo, que proporcionalmente as mulheres trabalham mais que os homens nos empreendimentos, conduzem por sua conta um percentual considerável de iniciativas e, nesses casos, apresentam maior envolvimento comunitário e social.



11

Somam-se a elas outras personagens e realidades mal conhecidas, como deixa transparecer a supremacia do espaço rural na atuação dos empreendimentos e, muito em particular, a concentração notável de experiências em regiões interioranas do Nordeste, sugerindo um associativismo popular autóctone, desvinculado das estruturas locais de dominação política. Nas entrelinhas, mais do que nos grandes números, o Mapeamento indica que a Economia Solidária responde a aspirações cevasdas na inconformidade dos trabalhadores com a experiência secular de subalternidade, e à sua avaliação positiva de experiências de emancipação, no contexto atual da Economia Solidária ou de outras formas de vida econômica precedentes.

### **Alargando a economia**

Um recurso metodológico proporcionado por bases de dados é a proposição de modelos tipológicos, em função de algum tópico de interesse analítico, e sua posterior testagem. Tipologias não apenas retratam diferenças observadas. Sua finalidade reside em ordenar as incontáveis diferenças e similitudes perceptíveis empiricamente, hierarquizando-as de tal modo que configurem grupos representativos, dotados de singularidades que se imaginam explicativas de suas respectivas dinâmicas.

As tipologias baseiam-se necessariamente em hipóteses sobre o que importa diferenciar, de acordo com o conhecimento prévio e com a abordagem proposta. Todavia, o intuito de separar e distinguir defronta-se com dificuldades consideráveis no caso da Economia Solidária. Em primeiro lugar, porque nos empreendimentos observam-se atividades econômicas simultâneas, associadas muitas vezes a atividades extra-econômicas, não sendo uma tarefa trivial identificar a atividade prioritária que tipificaria a natureza dos empreendimentos ou, sob outro prisma, definiria a categoria social participante. Em segundo lugar, os empreendimentos apresentam via de regra complexidade estrutural e funcional, pois combinam atividades coletivas e individuais, cujo valor, complementar ou essencial, pode variar para os membros. Adicionalmente, as fronteiras do econômico constituem um problema conceitual antigo, insolúvel, sendo suas delimitações habituais claramente inadequadas à economia popular.

Ainda assim, tipologias são úteis para desmembrar o que de fato é distinto, indo-se além das aparências e das nomenclaturas englobantes. Por isso, uma parcela dos futuros



12

dados do segundo Mapeamento Nacional foi coletada e será apresentada segundo um critério tipológico, referente à natureza da atividade econômica coletiva principal de cada empreendimento. Outras variáveis, acopladas à tipologia, poderão refiná-la em muitos sentidos, o que justifica alguns comentários a esse respeito, em seguimento às considerações anteriores e em conclusão desse texto.

A natureza da atividade econômica dos empreendimentos, critério tipológico básico do segundo Mapeamento, relaciona-se às expectativas dos seus membros, fator explicativo primordial de dinâmica coletiva, como antes aludido. Ela reflete uma condição social prévia, à raiz do ato associativo, e repercute sobre a evolução dos empreendimentos, segundo possuam um caráter essencial ou complementar, intensivo ou extensivo, permanente ou sazonal, para a vida material dos associados. Essa escolha depende do papel essencial ou subsidiário que as economias individuais mantêm ou passam a ter, na medida em que o empreendimento prospere. Ao mesmo tempo, define o quanto os associados estarão dispostos a investir, a cada passo dado em conjunto, o que pode redundar em ciclos progressivos ou estagnantes nos empreendimentos.

A questão está também vinculada à natureza irrevocável ou transitória da socialização dos meios de produção e dos compromissos mútuos contraídos entre os indivíduos, por razões objetivas e subjetivas. Por conseguinte, a natureza da atividade econômica sinaliza tanto as possibilidades vindouras quanto os antecedentes que a ela conduziram e que, talvez, expliquem a sorte futura do empreendimento de modo mais incisivo do que os eventos posteriores. Quando o empreendimento não propicia o meio de subsistência principal, importaria ter em vista a atividade econômica praticada individualmente pelos sócios, para a qual a Economia Solidária vem a representar um elemento adicional de sustentação e diante da qual se coloca em dependência direta.

Outro aspecto é que, ao se compararem os parâmetros do Mapeamento com o perfil das iniciativas efetivamente registradas e com o andar dos fatos, podem-se identificar incongruências providenciais para o alargamento do horizonte de apreensão da Economia Solidária.

Declara a Conferência Nacional de Economia Solidária, em 2006 (SENAES, 2007):



13

As manifestações da Economia Solidária são diversas, dentre as quais se destacam: coletivos informais, associações, cooperativas de produção, de trabalho, de consumo solidário ou de serviços; *cooperativas sociais* (pessoas com deficiência e transtorno mental); organizações e grupos de crédito solidário, bancos comunitários e fundos rotativos e cooperativas de crédito; redes de empreendimentos, produtores e consumidores; grupos e clubes de trocas solidárias e mercados de trocas solidárias com ou sem uso de moeda social; empresas recuperadas pelos trabalhadores em autogestão; cadeias solidárias de produção, comercialização e consumo; centrais de comercialização, iniciativas de comércio justo, organização econômica de comunidades tradicionais (quilombolas, comunidades negras e terreiros de matrizes africanas, povos indígenas, ribeirinhos, seringueiros, pescadores artesanais e outros extrativistas, etc.); *cooperativas habitacionais autogestionárias*; *grupos culturais*; agroindústrias familiares, entre outras iniciativas, seja nas áreas urbanas ou no meio rural, respeitando a questão de gênero, raça, etnia e geração (grifos nossos).

A inclusão das atividades grifadas na Economia Solidária soa condizente. Mas elas não correspondem aos setores de produção de bens, prestação de serviços, fundos de crédito, comercialização ou consumo, como estipulava o primeiro Mapeamento. A bem da verdade, é possível apurar na base de dados que menos de 2% dos empreendimentos tiveram suas atividades principais classificadas longe do campo ordinariamente considerado da economia, em áreas como educação, cultura e atividades recreativas, acima destacadas.

Contudo, o fato de que tais rubricas constem da Classificação Nacional de Atividades Econômicas (CNAE) de certo modo constitui e ao mesmo tempo elucida uma aparente contradição: para uma atividade ser classificada como econômica, o pressuposto é que se trate de uma atividade de trabalho com vistas à produção ou oferta de bens materiais, culturais ou quaisquer outros, atividade que, desse modo, indica o setor de atuação da empresa e a ocupação ou o meio de vida das pessoas que a integram. Assim, nos registros oficiais a economia não fica identificada à esfera dos bens materiais, mas à existência de uma *atividade laboral despendida* na produção de bens necessários à satisfação de necessidades as mais diversas. Esse parece ser o entendimento implícito da Conferência Nacional.

Quando essa atividade é regular, representando uma alocação constante de tempo, e se realiza em organizações que atendem aos demais critérios da Economia Solidária, estaríamos diante de mais um empreendimento. Assim, os fatos e os registros oficiais alargam o foco inicial do Mapeamento: se o bem produzido é material (gêneros agrícolas, manufaturados) ou imaterial (assessoria, educação), se tem a ver com a esfera



14

da produção (onde o trabalho gera riqueza e renda) ou da reprodução (onde o trabalho repõe as suas condições, para seguir exercendo-se), se diz respeito ainda a necessidades consideradas essenciais (alimentação, moradia) ou não essenciais (cultura, lazer), torna-se secundário.

Essas classificações dicotômicas, ainda usuais em algumas disciplinas, há muito vêm perdendo sua força explicativa. O tempo de trabalho cada vez mais se sobrepõe a outros tempos e a divisão entre esfera da produção e da reprodução jamais fez maior sentido diante do holismo da economia familiar e do mosaico vasto e heterogêneo da economia popular. Excluir da Economia Solidária as necessidades imateriais e o trabalho necessário a satisfazê-las também soa implausível no andar atual de compreensão das aspirações humanas. Por extensão, o conceito de economia subjacente a essas novas definições abarcaria, além das ocupações relacionadas à produção em si, igualmente aquelas de distribuição, troca e consumo de bens e serviços.<sup>4</sup>

Esse raciocínio estende a Economia Solidária às diferentes atividades de geração de renda e igualmente às atividades de contenção de dispêndio de renda, por meio da oferta de bens e serviços que, de outro modo, exigiriam desembolso (energia, saúde) ou seriam inviáveis (habitação, atendimento a portadores de sofrimento psíquico). Assim, fica-se autorizado a uma interpretação mais ampla e inclusiva da natureza econômica dos empreendimentos solidários, o que predispõe a um melhor entendimento do seu caráter multifuncional, do hibridismo de suas relações e formas de agenciamento de recursos e do entrelaçamento entre suas dimensões, irredutíveis ao econômico.

## Referências

- BAJOIT, G. (1992). *Pour une sociologie relationnelle*. Paris: PUF.
- BECKER, H. (2007). *Segredos e truques da pesquisa*. Rio de Janeiro: Zahar.
- BOURDIEU, P. (1989). *O poder simbólico*. Lisboa: DIFEL.
- BRAUDEL, F. (1998). *Civilização material, economia e capitalismo*. São Paulo: Martins Fontes.
- CAILLÉ, A. (1989). *Critique de la raison utilitaire*. Paris: La Découverte.

---

<sup>4</sup> Não seria um entrave que tais bens e serviços não entrem no circuito de intercâmbios monetários, quando empregam trabalho voluntário não remunerado (aos olhos do mercado, um tempo de não-trabalho), ou quando se destinam primordialmente aos seus próprios produtores, que assim dispensam a aquisição dos mesmos bens no mercado.



- CARNEIRO, V. (2006). *Da dimensão econômica à dimensão política: a Economia Solidária sob a perspectiva do conflito social*. Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-Graduação em Ciência Política da UFMG.
- CORAGGIO, J. (1999). *Política social y economía del trabajo*. Buenos Aires – Madrid: Miño y Dávila Editores.
- CATTANI, A. et al. (2009). *Dicionário internacional da outra economia*. Coimbra: Almedina.
- COUTROT, T. (1999). *Critique de l'organisation du travail*. Paris: La Découverte.
- DEFOURNY, J. (1988). Coopératives de production et entreprises autogérées: une synthèse du débat sur les effets économiques de la participation. *Mondes en Développement*, v. 16, n. 61: 139-53.
- DEFOURNY, J., DEVELTERE, P. & FONTENEAU, B. (Eds.). (1999). *L'économie sociale au Nord et au Sud*. Paris – Bruxelles: De Boek.
- D'EPINAY, L. (1989). Individualisme et solidarité aujourd'hui. *Cahiers Internationaux de Sociologie*, v. 86: 15-32.
- DOIMO, A. (1995). *A vez e a voz do popular*. Rio de Janeiro: Relume Dumará.
- DREYFUS, H., FLORES, F. & SPINOSA, Ch. (1977). *Disclosing New Worlds: Entrepreneurship, Democratic Action and the Cultivation of Solidarity*. Cambridge: MIT Press.
- FERRARINI, A. & GAIGER, L. (2010). Quando o micro não é sinônimo de pequeno: a vertente metautilitarista do empreendedorismo. *Outra Economia*, IV(7): 84-100.
- FUNDAÇÃO BANCO DO BRASIL (2004) (org.). *Tecnologia social: uma estratégia para o desenvolvimento*. Rio de Janeiro.
- GAIGER, L. (1997). Ethos de posição e vida cotidiana. *Revista Estudos Leopoldenses*, São Leopoldo, v. 33 (151): 69-94.
- GAIGER, L.. 2008. A economia solidária e o valor das relações sociais vinculantes. *Katálisis*, (11)1: 11-19.
- GAIGER, L. (2011). Posfácio: contribuições para uma agenda de pesquisa. In: HESPANHA, P. & SANTOS, A. (Orgs.). *Economia solidária: questões teóricas e epistemológicas*. Coimbra: Almedina (no prelo).
- GESELL, S. [s. d.]. *El orden económico natural*. Buenos Aires: [s. ed.].
- GODBOUT, J. (1999). *O espírito da dádiva*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas.
- HÉNAFF, M. (2002). *Le prix de la vérité; le don, l'argent, la philosophie*. Paris: Seuil.
- LECHAT, N. (2004). *Trajetórias intelectuais e o campo da Economia Solidária no Brasil*. Tese de Doutorado. Programa de Pós-Graduação em Sociologia da UNICAMP.
- MENDELL, M. (2003). La aparición de movimientos sociales internacionales y la economía social y solidaria. *Économie et Solidarités – Revue du CIRIEC-Canada*, nº especial: 19-29.
- MIRANDA, D. (2011). *A democracia dialógica: uma análise das iniciativas da Economia Solidária*. Tese de Doutorado, Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Unisinos. São Leopoldo.
- NUNES, C. (2001). Cooperativas, uma possível transformação identitária para os trabalhadores do setor informal. *Sociedade e Estado*, 16(1/2): 134-158.
- OLIVEIRA, P. (Org.). (2001). *O lúdico na cultura solidária*. São Paulo: Hucitec.
- PINTO, J. (2006). *Economia solidária; de volta à arte da associação*. Porto Alegre: UFRGS.
- POLANYI, K. (1988). *A grande transformação*. Rio de Janeiro: Campus.



» XI Congresso Luso Afro Brasileiro de Ciências Sociais

Diversidades e (Des)Igualdades

Salvador, 07 a 10 de agosto de 2011.

Universidade Federal da Bahia (UFBA) - PAF I e II  
Campus de Ondina

16

RAZETO, L. (1997). *Los caminos de la economía de solidaridad*. Buenos Aires: Lumen-Hvmanitas.

ROTHSCHILD, J. & WHITT, J. (1986). *The Cooperative Workplace: Potentials and Dilemmas of Organisational Democracy and Participation*. Cambridge: Cambridge University Press.

SENAES (2007). *O processo de construção da base conceitual do SIES – subsídios para a Comissão Gestora Nacional*. Brasília: Ministério do Trabalho e Emprego.

SINGER, P. (1999). *Uma utopia militante*. (2ª ed.) Petrópolis: Vozes.

SOUZA, L. (2000). Um país dinâmico, um pensamento claudicante. *Estudos Avançados*, 14(40): 77-90.